

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL**

ELENICE FIGUEIREDO VENTURINI

EDUCAÇÃO CAPITALISTA E LAICA

**São Sepé
2022**

ELENICE FIGUEIREDO VENTURINI

EDUCAÇÃO CAPITALISTA E LAICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras – Português da Universidade Federal do Pampa/ Universidade Aberta do Brasil como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Lucio Jorge Hammes

**São Sepé
2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

V447e Venturini, Elenice Figueiredo
Educação Capitalista e Laica / Elenice Figueiredo
Venturini.
27 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)--
Universidade Federal do Pampa, LETRAS PORTUGUÊS,
2022.

"Orientação: Lucio Jorge Hammes".

1. Educação Brasileira. 2. Laicidade. 3. Ambição.
I. Título.

ELENICE FIGUEIREDO VENTURINI

EDUCAÇÃO CAPITALISTA E LAICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras Português/UAB da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Letras.

Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado em: 14 de julho de 2022.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes

Orientador

(UNIPAMPA)

Prof.^a Dr.^a Isaphi Marlene Jardim Alvarez

(UNIPAMPA)

Prof.^a Dr.^a Denise Aparecida Moser.

(UNIPAMPA)



Assinado eletronicamente por **ISAPHI MARLENE JARDIM ALVAREZ, PROFESSOR DO MAGISTERIOSUPERIOR**, em 22/07/2022, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **LUCIO JORGE HAMMES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 22/07/2022, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **DENISE APARECIDA MOSER, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 22/07/2022, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0866564** e o código CRC **D9BAE0C7**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por permitir chegar até aqui na conclusão do tão sonhado curso superior.

Agradeço ao meu esposo, José Ribeiro Coelho, por estar sempre ao meu lado me apoiando e encorajando.

Agradeço às minhas filhas, Isabeli Venturini Coelho e Sara Venturini Coelho, que várias vezes abdicaram do tempo comigo para que eu pudesse estudar.

E não poderia deixar de agradecer aos colegas e professores, em especial, a professora Isaphi Marlene Jardim Alvarez e ao professor Lucio Jorge Hammes, ambos muito prestativos e atenciosos e que não mediram esforços para ajudar sempre que solicitados.

“Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho, não se desviará dele.”

Provérbios 22:6

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender a complexidade a respeito da laicidade no ensino, os propósitos e intenções da sua implantação. Nesse sentido, efetuaram-se pesquisas em artigos científicos sobre o referido tema e percebeu-se que a inclusão da laicidade foi uma mudança importante em âmbito educacional, todavia, o menor dos problemas. Na verdade, o foco principal da classe dirigente era se manter no poder e não deixar que a população pobre alcançasse posições de destaque. Para isso, não davam importância para a verdadeira educação, fazendo uso dela para seus próprios benefícios e interesses, não permitindo a ascensão social da classe trabalhadora. Conclui-se que, apesar dos avanços na área da educação, ainda nota-se a precariedade em diversos aspectos relacionados ao ensino, problemas que acabam prejudicando sempre os menos favorecidos.

Palavras-chave: Educação Brasileira. Laicidade. Ambição.

ABSTRACT

This work aims to understand the complexity regarding secularity in teaching, the purposes and intentions of its implementation. Brazilian Education. After research in scientific repositories such as CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) and the selection of documents, readings and analysis were carried out to collect the guiding data for this article. Thus, it is clear that the inclusion of secularism was an important change in the educational field, however, the least of the problems. In fact, the main focus of the ruling class was to stay in power and not let the poor population reach prominent positions, for that they did not give importance to true education, making use of it for their own benefits and interests, not allowing the ascension working-class society. Despite the advances in the area of education, we still notice, nowadays, the precariousness in several aspects related to teaching, problems that always end up harming the less favored class.

Keywords: Brazilian Education. Secularity. Ambition.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jesuítas e a educação no Brasil	14
Figura 2 - Ratio Studiorum	16

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANC - Assembleia Nacional Constituinte

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNE - Conselho Nacional de Educação

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

PNA - Plano Nacional de Alfabetização

PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL	18
3 EDUCAÇÃO NA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	19
4 EDUCAÇÃO DO PERÍODO DO ESTADO NOVO ATÉ A ATUALIDADE	21
5 ANÁLISE DO REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	24
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma pesquisa de caráter bibliográfico documental sobre a inserção da laicidade no ensino, além de apresentar os principais destaques da educação no Brasil. De abordagem qualitativa, por meio do qual observaram-se fatos sobre os primórdios da educação no Brasil, contemplando desde a época dos Jesuítas, passando pela Proclamação da República, Estado Novo até o período atual.

Nesse sentido, o ensino que, no período do Brasil Colônia estava a cargo da Igreja Católica, foi desmantelado com a expulsão dos Jesuítas. Em decorrência disso, há nos dias atuais um ensino laico e focado no capitalismo e interesses do governo. Essas informações são relevantes para fazer pensar sobre a importância da educação e o que ela faz na vida do sujeito.

O questionamento que norteia a presente pesquisa é: Por que foi estabelecido o laicismo? Afinal, os Jesuítas estavam catequizando e “socializando” aquele povo. Foi a partir desses fatos que ascendeu a ambição em torno do povo, pois até então somente a elite tinha estudos, era considerada “civilizada” e percebeu que, através de um sistema educacional, poderia gerar mão de obra qualificada para atender as demandas do governo, bem como ter domínio sobre o povo. Objetiva-se assim esclarecer através da revisão de material bibliográfico de Melo (2012) e outros autores sobre a educação no Brasil, desde a primeira organização escolar e do porquê da inclusão da laicidade no ensino.

A escolha deste assunto para pesquisa deu-se devido à importância de conhecer a origem da educação e os passos ao longo da história, pois, os professores precisam estar cientes sobre qual a melhor forma de ensinar e visar à formação de cidadãos críticos. O trabalho está embasado nos referenciais encontrados em artigos sobre o tema laicidade no ensino e também sobre a História da Educação Brasileira, que foram consultados no repositório CAPES a escolha dos documentos. Após a escolha do material e leituras, realizou-se a escrita da pesquisa, que está dividida em introdução, três seções que descrevem a educação em diferentes períodos no Brasil, a análise do material selecionado para a pesquisa e as considerações finais.

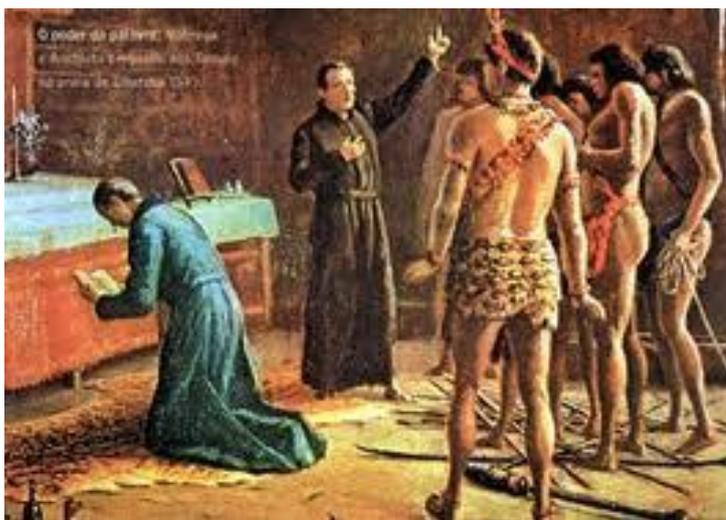
Analisando os dados percebe-se que a inclusão da laicidade foi uma mudança importante, mas o menor dos problemas, porque na verdade o foco principal da classe dirigente era se manter no poder e não deixar que a população pobre alcançasse posições de destaque, assim menosprezavam a verdadeira educação, fazendo uso dela para seus próprios benefícios e interesses.

Conclui-se que a classe governante sempre objetivou o domínio sobre o povo com foco ambicioso e interesseiro e que a educação é uma “arma” muito poderosa não podendo ficar à mercê de pessoas despreparadas.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL

A educação formal foi introduzida em território brasileiro a partir da tentativa de conversão do povo indígena no Brasil Colonial em 1549 (Figura 1). Durante esse processo de conversão, os padres jesuítas eram liderados pelo Padre Manoel da Nóbrega até a expulsão por volta de 1759 (MELO, 2012).

Figura 1 - Jesuítas e a educação no Brasil



Fonte: <http://juarezribeiroa.blogspot.com/2017/04/igreja-catolica-grande-influenciadora.html>

Ferreira Junior (2010) aponta que a tentativa de conversão com os povos indígenas foi de certo modo frustrada, considerando que as práticas e nudez, poligamia e rituais eram intrínsecas do povo, o que fez com o os padres jesuítas passassem a direcionar a atenção às crianças, pois eram consideradas puras de alma. Entretanto, Melo (2012) aponta outro ponto, explicitando que apesar de que a conversão tenha possibilitado o domínio dos colonizadores sobre os nativos, ainda não se tinha mão de obra suficiente para explorar as riquezas do Brasil.

O período colonial foi marcado por relações políticas e econômicas que ocorriam entre a metrópole (Portugal) e a colônia (Brasil). A a maioria do lucro ficava na metrópole e apenas uma pequena parte na colônia. Posteriormente foi criado o Governo Geral para apoiar as capitanias, sendo o primeiro

representante do poder público na colônia. O Pacto Colonial dava o direito à metrópole de explorar a colônia com custo mínimo da mão de obra.

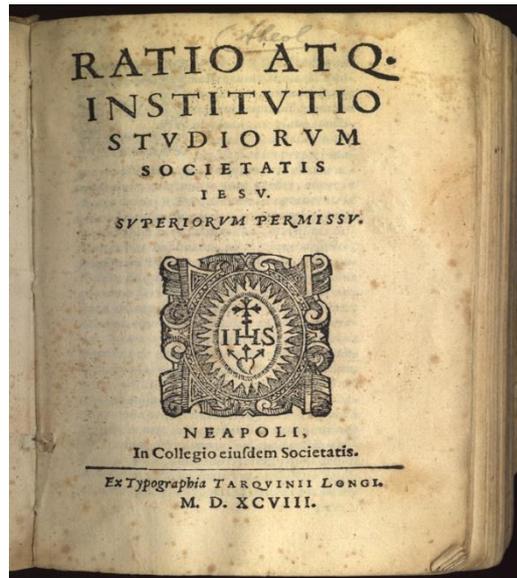
Com a falta de mão e obra braçal, em 1568, chegaram os primeiros negros trazidos da África para o trabalho escravo, surgindo assim outras classes sociais da sociedade da época: os senhores de engenho e escravos, além dos administradores portugueses e o clero. Ademais, era de interesse da colônia aproximar-se cada vez mais dos modelos seguidos na metrópole e uma das consequências de tal fato foi a instauração do sistema educacional coordenado pela Companhia de Jesus (MELO, 2012).

De acordo com Saviani (2008), a Companhia de Jesus chegou no Brasil em 1549 chefiados por Manuel de Nóbrega, o qual desenvolveu o denominado Plano Instrucional Educacional Brasileiro, que propunha o ensino de português a partir da doutrina católica, gramática latina, cantos orfeônicos e música instrumental.

Menardi (2010) aponta que a partir da chegada da Companhia de Jesus no Brasil foram instaladas as denominadas “Casas de bê-á-bá”, as quais recebiam meninos indígenas e também órfãos para que pudessem receber auxílio e instrução religiosa. Sendo assim, Menardi (2010, p.159) relata que a criação das Casas bê-á-bá foi como “[...] um reforço na conversão dos índios, uma vez que os jesuítas utilizaram como estratégia de catequese e instrução os órfãos para atrair os meninos índios.”

Segundo Melo (2012), o plano de estudos da Companhia de Jesus em 1599 era direcionado aos filhos dos dirigentes da época, já aos negros e índios era destinada à catequese, que inclusive transformaram os índios nômades em sedentários, o que facilitava a captura pelos colonos. Contudo, Souza (2017) afirma que em seguida os jesuítas passaram a adotar o *Ratio Studiorum* (Figura 2), este escrito por Inácio de Loyola.

Figura 2 - Ratio Studiorum



Fonte: https://www.wikiwand.com/pt/Ratio_Studiorum

O documento determinava os ensinamentos a serem aplicados, defendendo os interesses da classe dominante como a obediência, a fé, a tradição, ignorando o desenvolvimento humano, conforme evidenciado por Melo (2012). Enfatizava ainda que a Igreja Católica exerceu poder político, econômico e social através da educação durante duzentos e dez anos até a expulsão dos jesuítas em 1759, por Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal. Sobre aspectos do *Ratio Studiorum*, Saviani (2013, p. 56-57) comenta:

O plano contido no Ratio era de caráter universalista e elitista. Universalista porque se tratava de um plano adotado indistintamente por todos os jesuítas, qualquer que fosse o lugar onde estivessem. Elitista porque acabou destinando-se aos filhos dos colonos e excluindo os indígenas, com que os colégios jesuítas se converteram no instrumento de formação da elite colonial. Por isso os estágios iniciais previstos no Plano de Nóbrega (aprendizado de português e escola de ler e escrever) foram suprimidos. O novo Plano começava com o curso de humanidades. Denominado no Ratio de “estudos inferiores”, correspondentes ao atual curso de nível médio. Seu currículo abrangia cinco classes ou disciplinas: retórica; humanidades; gramática superior; gramática média; e gramática inferior. A formação prosseguia com os cursos de filosofia e teologia, chamados de “estudos superiores”. O currículo filosófico era previsto para a duração de três anos, com as seguintes classes ou disciplinas: 1º ano: lógica e introdução às ciências; 2º ano: cosmologia, psicologia, física e matemática; 3º ano: psicologia, metafísica e filosofia moral. O currículo teológico tinha a duração de quatro anos, estudando-se teologia escolástica ao longo dos quatro anos; teologia moral durante dois anos; Sagradas Escrituras também por dois anos; e língua hebraica durante um ano. (SAVIANI, 2013, p. 56-57).

Aranha (2005) indica que o modelo educacional implantado no Brasil pela Companhia de Jesus durou por 210 anos até que os padres foram expulsos pelo Marquês de Pombal. Melo (2012, p. 17) afirma que “[...] o período pombalino coincidiu com a época da decadência da mineração. Este fato abalou politicamente a metrópole.” Assim, a partir das Reformas Pombalinas, os jesuítas foram expulsos, considerando que o Iluminismo, o qual defendia igualdade jurídica, tolerância religiosa ou filosófica e liberdade pessoal e social, objetivava tornar Portugal uma metrópole capitalista. De todo modo, é inegável a contribuição dos jesuítas para a educação. Nesse sentido, Freitag (1984, p. 49) menciona:

Apesar da expulsão transitória dos jesuítas do Brasil no final do século XVIII, a Igreja preservou sua força na sociedade civil ainda nas fases do Império e da Primeira República. É ela que basicamente, continuava a controlar as instituições de ensino, encarregando-se ainda por muito tempo da função de reprodução de ideologia. (FREITAG, 1984, p. 49).

Conforme Melo (2012), a partir da retirada dos Jesuítas, instituíram-se as denominadas aulas régias de Latim, Grego e Retórica, as quais eram ministradas por professores, porém a formação deles era precária e a maioria era nomeada por indicação ou concordância de bispos. Apesar dos objetivos de tornar o ensino laico e público, não foi possível concretizar tão rápido, pois a influência dos jesuítas ainda era muito forte e presente.

Devido às invasões francesas a Portugal em 1808, Dom João VI sai da metrópole portuguesa e junto da Família Real refugia-se no Brasil até 1821. Segundo Melo (2012, p. 21), o momento da chegada da corte foi “[...] num momento de descontentamento e revoltas decorrentes das relações políticas e econômicas entre a metrópole e a colônia, bem como entre o trabalho escravo e os detentores do poder.”

Melo (2012) aponta que com a chegada de D. João VI houve avanços positivos na educação, como a criação de Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, ademais, conforme Figueira (2005), com a comitiva da Corte, foram trazidos ao Brasil cerca de 60 mil exemplares de livros e obras de arte, o que possibilitou a troca de informação entre a população letrada. Entretanto, o

descontentamento do povo continuou obrigando assim, a volta dele para Portugal em 1821, favorecendo a emancipação política do Brasil em 1822.

Mello (2012) descreve a educação durante o período Joanino como desorganizada e fragmentada, os cursos, o ensino, era caracterizado pela prática de atividades isoladas. A respeito do foco educacional Melo (2012, p. 23) comenta:

Houve um evidente rompimento com a educação jesuítica, que defendia a retórica. A preocupação central daquele momento era o desenvolvimento de conhecimentos científicos, voltados para as necessidades locais. Esta situação ocorreu porque o Brasil herdou de Portugal as dívidas contraídas com a Inglaterra. Esta dependência econômica criou a necessidade de formação de quadros técnicos administrativos novos, que atendessem às exigências do mercado europeu. (MELO, 2012, p. 23).

3 EDUCAÇÃO DURANTE O BRASIL IMPÉRIO E NA REPÚBLICA

Em 7 de setembro de 1822, Dom Pedro I proclama a Independência do Brasil, o que é decorrência do descontentamento da sociedade brasileira. A partir das modificações na economia, educação e política, percebe que era possível desfazer o vínculo de Portugal. Melo (2012, p. 26) explica:

Em 1821, com o retorno da Família Real a Portugal e com as modificações sociais, políticas, econômicas e educacionais realizadas por D. João VI, a camada social dominante no Brasil percebeu a possibilidade de efetivar a emancipação do país. Como consequência da pressão desse grupo, D. Pedro I, Príncipe Regente, filho de D. João VI, decidiu proclamar a Independência do Brasil, a 7 de setembro de 1822. Assim, inicia-se o período imperial brasileiro, que compreende o 1º Império, com D. Pedro I (1822-1831) e o 2º Império, com D. Pedro II (1840-1889). (MELO, 2012, p. 26).

Em 5 de março de 1824, foi outorgada a 1ª Constituição Brasileira, na qual na introdução estavam escritas as palavras “EM NOME DA SANTÍSSIMA TRINDADE”, o que se refere à doutrina cristã (Pai, Filho e Espírito Santo), e sob o Art. 5º:

A Religião Catholica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo. (BRASIL, 1824, p. 1).

Além de estabelecer o catolicismo com a religião nacional, na Constituição de 1824, estava prescrito o acesso à educação primária para todo cidadão. Entretanto, o direito à educação foi concedido às meninas apenas em 1827, com a criação da lei que determinava a criação de escolas de primeiras letras por todo o território nacional. Tais leis e projetos demoraram para acontecer, pois o Império não estabeleceu a educação como prioridade (MELO, 2012).

A preparação de professores veio somente em 1854. Nesse mesmo momento, de mudanças reais, os republicanos passaram a reivindicar algumas ideias das quais está a crença na educação como chave dos problemas fundamentais do país. Mesmo assim, houve dificuldades na aceitação de crianças negras em algumas escolas, pois o ensino, na realidade, era destinado apenas aos privilegiados da sociedade (MELO, 2012).

O sistema educacional era em situações precárias, haviam poucas escolas, falta de materiais, instalações inadequadas e remuneração inadequada aos professores, o que resultou na Reforma Leôncio de Carvalho, no ano de 1879. A reforma estava pautada na liberdade no ensino, possibilitando que as escolas fossem mais autônomas para escolher métodos e teoria, na autonomia do aluno para escolha de qual curso gostaria de cursar e na melhoria da remuneração dos professores, dissociando o magistério dos demais cargos públicos (MELO, 2012).

Já no governo de Benjamin Constant, foi proposta uma reforma educacional, em que o ensino deveria priorizar a formação humana, baseada na ciência e defendia a gratuidade do ensino primário, definindo também o ensino seriado. Entretanto, conforme destaca Melo (2012, p. 43), “[...] aplicar modelos importados, desvinculados das necessidades da sociedade brasileira (teoria dissociada da prática), acentuou o problema do analfabetismo, que em 1920 atingia 75% da população.”

4 EDUCAÇÃO DO PERÍODO DO ESTADO NOVO ATÉ A ATUALIDADE

Como aponta Melo (2012), Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil em caráter provisório até 1934, permanecendo no poder até 1954. O presidente ficou conhecido como o “pai dos pobres”. Entre seus feitos estão a criação do Ministério da Educação e Saúde, a reaproximação da Igreja e do Estado e reconheceu a religião católica como oficial.

A política deste período era denominada populista, pois buscava o equilíbrio e a conciliação entre a classe trabalhadora e a burguesia, porém na educação, o governo de Vargas evitava a mobilidade social. De um lado, pretendia formar condutores do povo e de outro lado, transformar os trabalhadores em seres passivos, ou seja, sem possibilidade de crescimento para a classe pobre da população. Mas ainda assim houve avanços nessa área com a criação da União Nacional dos Estudantes – UNE e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP (MELO, 2012).

Melo (2012) expõe que ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o Estado Novo ficou fragilizado devido à ditadura imposta por Getúlio, pois todos que se opusessem ao governo eram perseguidos, censura e forte repressão, indo contra aos ideais democráticos defendidos pelos países aliados. Essa política acabou na deposição de Getúlio pelos militares ainda no ano de 1945.

Assim, com a intenção de organizar a educação, foram criadas as Leis Orgânicas do Ensino pelo Ministro Gustavo Capanema, em 1942, e em 20 de dezembro de 1961 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei nº 4.024. Getúlio Vargas voltou ao poder em 1950 até 1954, buscando fortalecer o apoio e a simpatia dos trabalhadores, aumentou em 100% o salário mínimo, causando protestos dos militares com o Manifesto dos Coronéis. A crise política foi um dos motivos que ocasionou o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954, assumindo o mandato o então vice-presidente até 1955. Após, no governo de Juscelino Kubitschek, sua marca foi a construção de Brasília, porém nada de marcante na área da educação (MELO, 2012).

Na década de 60, surgiram os Movimentos de Educação Popular, que se destinavam a valorizar a cultura e a alfabetizar adultos para que eles pudessem ser mais ativos na sociedade. Entre esses movimentos está o método para

alfabetizar adultos em 40 horas, de Paulo Freire, publicado no livro Educação como prática de liberdade que, em 1964, inspirou a criação do Plano Nacional de Alfabetização (PNA). Tais atividades eram coerentes com as necessidades do povo brasileiro e contrariavam os ideais da Escola Nova, buscando reverter a proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No entanto, foi interrompido pelo golpe militar de 1964, sob a alegação de ser comunista (MELO, 2012).

Segundo Melo (2012), a Universidade de Brasília se posicionou contra o modelo universitário importado, pois queria o aprofundamento de estudos da realidade brasileira para a criação de teorias e tecnologias nacional. Assim, o presidente Marechal Artur da Costa e Silva exerceu mandato entre 1967 a 1969, combatendo com rigor greves e manifestações que fossem contra o governo. Ele criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e também definiu o nome do país como República Federativa do Brasil.

Para Melo (2012, p. 75), a educação no período da ditadura militar de 1964 a 1985 era basicamente transmissão de conhecimentos pelos professores com características pragmáticas e tecnicistas. Também houve um crescimento quantitativo das universidades brasileiras. Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro organizaram a Lei da Reforma Universitária de nº 5.540/68, em que foram implantados cursos de curta duração, licenciatura e pós-graduação, processo esse que foi ditatorial e autoritário sem a participação do povo.

A urgência das alterações foi necessária para impedir o envolvimento político dos estudantes nas determinações do governo (MELO, 2012, p. 76). Eles também estavam convencidos de que a universidade era o principal meio de crescimento social.

Segundo Melo (2012), somente em 1971, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71, ficou estabelecido que o ensino de 1º e 2º graus objetivava proporcionar formação para o desenvolvimento das potencialidades, qualificação para o trabalho e para o exercício da cidadania. A obrigatoriedade e a gratuidade procuravam fazer com que o aluno permanecesse na escola pelos 8 anos do 1º grau.

Melo (2012) recorda que o princípio da progressividade determinava que a implantação da Lei fosse feita de forma gradual. Porém, a aplicação da Lei

apresentou vários problemas, dentre eles, falta de recursos financeiros e a recusa da sociedade em aceitar que o ensino científico prevalecesse sobre o acadêmico. Diante dos problemas, surgiu a Lei nº 7.044/82 que desobriga a oferta de cursos profissionalizantes.

No ano de 1985, foi eleito Tancredo Neves como Presidente de forma indireta, porém, antes de assumir, adoeceu e morreu, assumindo o cargo José Sarney, vice-presidente, terminando, assim, a era militar. Com isso, o povo cobrava uma nova Constituição que fosse democrática. Assim, em 1987, foi criada a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), aprovada em 1988, presidida pelo deputado Ulisses Guimarães (MELO, 2012).

Em 1996, sob presidência de Fernando Henrique Cardoso, foi criada a Lei 9.394/96 que propiciou inovações no ensino com vários programas como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a Elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Segundo Baptista e Siqueira (2020), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), ficou definido o ensino religioso como não confessional, possibilitando a investigação da cultura religiosa, dos fenômenos de crenças e não crenças, demonstrando um alinhamento com a laicidade do Estado. O objetivo é promover o diálogo, sem imposição, doutrinação ou manipulação e considerar a realidade dos educandos e principalmente de consciência e de crença.

Segundo entrevista de Derisso, Silva e Duarte (2019, p. 5), feita ao professor Luiz Antônio Cunha, este comenta que hoje a base ética já se desprende de sua origem religiosa e defender a liberdade de crença é mais importante do que defender a liberdade religiosa. E afirma ainda que há um longo caminho na construção da democracia e da laicidade no Brasil.

5 ANÁLISE DO REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

A educação foi implementada no Brasil com os padres jesuítas, conforme aponta Melo (2012). O objetivo da educação na época era de conversão do povo indígena para o catolicismo e ensino dos bons costumes. Entretanto, com o passar do tempo, a educação necessitava atender os interesses da colônia para que as riquezas pudessem ser exploradas e sucessivamente ocorresse o desenvolvimento do país.

Assim Melo (2012) apresenta como a educação passou a ser necessária para não apenas a dominação do povo, mas colaborar com o crescimento financeiro e manter uma boa relação com Portugal. Como consequência, a Companhia de Jesus foi se expandindo a ponto de a Coroa Portuguesa reconhecê-la como única via de preparo intelectual, exercendo poder político, econômico e social durante duzentos e dez anos.

Segundo Melo (2012), com a Reforma pombalina, veio também a expulsão dos Jesuítas em 1759, por Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, buscando fortalecer o Estado e obter autonomia econômica. Demonstrou novamente a ambição, guiando os passos dos governantes. Após a expulsão dos Jesuítas, veio também as tentativas de inserção da laicidade, que demorou um pouco pelas fortes influências que os jesuítas deixaram no território.

Conforme Fabrício (2020), a laicidade de fato estava referenciada à neutralidade quanto à religião, mas o Brasil a usou para o total desligamento da Igreja Católica do poder, causando revolta e contrariedade a sua adesão.

Com a chegada de Dom João IV ao Brasil, várias mudanças positivas ocorreram, mas a educação permanecia a serviço dos grupos dirigentes. Isso continuou após a Proclamação da República quando o Dom João IV retornou à Portugal e o Príncipe Regente, Dom Pedro I, proclamou a independência do Brasil da coroa portuguesa.

Com a primeira Constituição em 1824, a educação começa a ter seu lugar de destaque, mesmo que singelo, passando a ser gratuita para todos e o catolicismo é indicado como religião nacional. Porém, sob o que diz respeito ao acesso à educação, as meninas só tiveram seu direito de estudar estabelecido

em 1827 e as crianças negras tiveram mais dificuldades de aceitação em algumas escolas.

Benjamin Constant, em seu governo, propôs uma reforma educacional que não obteve sucesso, aumentando a taxa de analfabetismo para 75% da população. No governo de Getúlio Vargas, criou-se o Ministério da Educação. Apesar da política desse período ser denominada populista, o governo Getúlio evitava a mobilidade social, sem possibilidade de crescimento para a classe pobre, conforme Melo (2012).

A criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei nº 4.024, foi um marco importante na educação a qual proporcionou melhorias no ensino primário, despertando a população para a importância da educação passando, assim, a exigir seus direitos, o que não agradou a classe dirigente que, por sua vez, buscaram reverter a proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo interrompido pelo golpe militar de 1964.

Pode-se perceber nesses dados que no momento em que o povo “abre seus olhos” em relação aos seus direitos, entra o golpe militar e começa a reprimir e perseguir toda e qualquer pessoa que contrariasse seus ideais.

Para Melo (2012), a educação no período da ditadura militar de 1964 a 1985 era basicamente transmissão de conhecimentos pelos professores com características pragmáticas e tecnicistas. No entanto, houve crescimento das universidades que estava ao alcance de poucos privilegiados das classes mais favorecidas, ou seja, o governo não procurava igualar a população socialmente, pelo contrário, queria a permanência de suas posições.

Em 1971, com a LDB nº 5.692/71, ficou estabelecido o ensino de 1º e 2º graus que objetivava proporcionar a formação para o desenvolvimento das potencialidades, qualificação para o trabalho e exercício da cidadania e com o fim da ditadura foi criada a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), aprovada em 1988, presidida pelo deputado Ulisses Guimarães, tornando a Constituição democrática.

Segundo Melo (2012), os próximos governantes passaram a investir mais em educação. Quanto à questão da religião, segundo Baptista e Siqueira (2020), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 pelo CNE, ficou definido o ensino religioso como não confessional, assumindo o seu real significado, demonstrando um alinhamento com a laicidade do estado.

Assim percebe-se que a educação, ao longo do tempo, vem melhorando vagarosamente e se tornando mais igualitária e ao alcance de todos.

Apesar de ainda ter muito a melhorar em qualidade e preparo, acredita-se que o Brasil, na educação, está caminhando para um futuro melhor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que desde o princípio da educação no Brasil, seu objetivo principal era a exploração do povo e dominá-lo, determinando o que e onde cada classe seria inserida ou não, através dos ensinamentos que lhes eram disponibilizados.

Assim percebe-se que a discussão sobre a laicidade é o menor dos problemas em relação à educação e sua história, pois enquanto os governantes colocarem pessoas despreparadas para cuidar da educação que é oferecida ao povo, isso não mudará, e continuarão a procurar problemas que causem discussões infundadas para desviar a atenção da população do que realmente importa que é uma educação digna e igualitária a todos. Ainda são necessárias muitas mudanças para que os brasileiros tenham as mesmas oportunidades e que fiquem atentos e questionem os projetos educacionais elaborados pelos governantes.

A educação precisa focar na formação humanística e no desenvolvimento de potenciais que cada um apresenta e não tentar abatê-las conforme a conveniência e interesses do governo. Conclui-se que a classe governante sempre objetivou o domínio sobre o povo com foco ambicioso e interesseiro e que a educação é uma “arma” muito poderosa, não podendo ficar à mercê de pessoas despreparadas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos.** Brasília - DF 2005.

BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; SIQUEIRA, Giseli do Prado. **Ensino Religioso na escola pública brasileira e a questão da laicidade.** Aprovado em 22 de dezembro de 2019.

BATISTA, Eraldo Leme. **A Igreja Católica e o ensino religioso no Brasil (1889-1930).** Aprovado em 02 de abril de 2020.

BRASIL, **Constituição (1984).** Lex: Constituição política do império do Brasil, 25 de março de 1824.

DERISSO, José Luis; SILVA, Luzia Batista de Oliveira; DUARTE, Newton. Entrevista com o Professor Luiz Antônio Cunha. **Revista Educere Et Educare**, v. 14, 01 mar. 2019.

FABRICIO, Edison Lucas. **Laicidade e educação: o Pe. Leonel Franca S. J. e o debate sobre o decreto de ensino religioso na escola pública brasileira, 1931.**

FERREIRA JUNIOR, Amarílio. **História da Educação brasileira: da colônia ao século XX.** São Carlos: EdUFSCar, 2010.

FRANCA, L. Ensino religioso, ensino leigo. *In: Polêmicas.* 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1953 [Obras Completas do Pe. Leonel Franca. Vol. III].

MELO, Josemeire Medeiros Silveira de. **História da educação no Brasil – Licenciatura em Matemática.** 2. ed. Fortaleza, CE: Ministério da Educação, 2012.

MENARDI, Ana Paula Seco. **A educação na literatura de viagem e na literatura jesuítica – séculos XVI e XVII.** 2010. 289 f. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

REIS, Marcos Vinicius de Freitas; PINHEIRO, Yuri Lima. **Religião, política e Educação: Magno Malta e o Projeto de Lei Escola sem Partido.**

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SOUZA, Daniele Resende. 2017. **Religião, laicidade e democracia na educação brasileira.** Orientador: José Luiz Villar Mella. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.